



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA
MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE – PROFEI



KARINE MICHELE FAGUNDES

O CAPACITISMO COMO BARREIRA ATITUDINAL AO PROCESSO DE
INCLUSÃO ESCOLAR

PONTA GROSSA
2022

KARINE MICHELE FAGUNDES

O CAPACITISMO COMO BARREIRA ATITUDINAL AO PROCESSO DE
INCLUSÃO ESCOLAR

E-book

Produto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva – Mestrado Profissional em rede - PROFEI da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como parte integrante da dissertação Limites e Possibilidades do atendimento Educacional Especializado nas Escolas para obtenção do título de Mestre em Educação Inclusiva.
Orientador: Edina Schimanski

Ponta Grossa
2022

F156 Fagundes, Karine Michele
O Capacitismo como barreira atitudinal ao processo de inclusão escolar [livro eletrônico] / Karine Michele Fagundes. Ponta Grossa, 2022. 75 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - Área de Concentração: Educação Inclusiva), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Edina Schimanski.

1. Educação especial. 2. Limites. 3. Ensino especial. 4. Inclusão escolar. 5. Barreira atitudinal. I. Schimanski, Edina. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação Inclusiva. III.T.

CDD: 371.92

PROFEI - UEPG

CAPACITISMO



BARREIRAS ATITUDINAIS



Karine M Fagundes
Edina Schimanski

Universidade Estadual de Ponta Grossa **Mestrado Profissional em Educação** **Inclusiva (PROFEI)**

PRODUTO EDUCACIONAL

Organização: Karine Michele Fagundes (Pesquisadora)
Dra. Edina Schimanski (Orientadora)



FAGUNDES, Karine M. SCHIMANSKI, Edina.
O CAPACITISMO COMO BARREIRA ATITUDINAL AO
PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR. Profei - Programa de
Mestrado em Educação Inclusiva UEPG, Ponta Grossa, 2022.

DESCRIÇÃO TÉCNICA

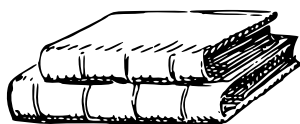
Nível de Ensino a que se destina o produto:

Todos os níveis de educação

Área de conhecimento: Educação

Público-alvo: Profissionais que atuam na educação

Categoria deste produto: Materiais Textuais



Ilustrações/Imagens Canva.com

Cidade: Capanema/PR

País: BRASIL

Ano: 2022

Origem do Produto: DESENVOLVIDO NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA
GROSSA, NO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA
EM REDE - PROFEI

Escrito por Karine Michele Fagundes



NOTAS PARA O LEITOR



Iniciei minha trajetória profissional na APAE de minha cidade e, mesmo sendo graduada em Ciências com habilitação em Química, nunca deixei de trabalhar com alunos da educação especial.

No ano de 2014, passei a trabalhar um período em Sala de Recursos Multifuncional Tipo I e, em 2019, após quase vinte anos, passei a me dedicar apenas à inclusão escolar.

Nestes muitos anos, vivenciei em minha práxis inúmeros desafios, e por muitas vezes presenciei momentos em que os estudantes eram vistos como heróis à medida que conseguiam superar obstáculos simples de sua vida cotidiana, ou, em outras situações, eram estigmatizados em detrimento de sua condição de deficiência, ou ainda, sofriam pelo capacitismo. Ou seja, pela falta de crença em suas potencialidades, o que conseqüentemente afetava inclusive a si próprios, pois de tanto ver na reação e expressão o sentimento de descrença das pessoas à sua volta, eram impactados tão profundamente que eles mesmos já não acreditam em sua capacidade.

Confesso que ver um aluno iniciar uma atividade e apagá-la inúmeras vezes, ainda que esteja correta, por insegurança, é algo muito triste. Como educadora, percebo que uma das coisas mais importantes é acreditar na potencialidades dos nossos estudantes. Assim, é preciso pensar em enxergar a pessoa além de qualquer rótulo, pois existe uma pessoa com potencialidade por trás de uma deficiência.

Karine Michele Fagundes

**A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.
(Freire, 1998. p. 108).**





AGRADECIMENTOS

Agradeço primeira e imensamente a Deus, Senhor da minha vida.

Ao meu esposo e meus filhos, que souberam compreender minhas ausências. Meus amados pais e irmã, pelo incentivo e apoio.

Às minhas querida amigas Elaine Lange Kopper, pessoa muito importantes nessa caminhada. Sem esquecer-me de minha amiga Edinéia Calistro, por ter sido uma companheira de fé nessa jornada.

Um agradecimento especial a minha querida amiga Pricila de Franca por sua ajuda na organização desse e-book.

Ao meu Frederico, que iniciou esse desafio ao meu lado e, infelizmente, durante esse percurso teve que partir, mas que permanece em meu coração.

À professora dra. Édina Schimanski, por ter aceitado me guiar nesse desafio. Pessoa lindamente capaz de me fazer refletir sobre as coisas que eu pensava muitas vezes de acordo com o senso comum. Através de suas orientações, percebi que não devo julgar o trabalho de meus colegas, professores, mas compreender que eles procuram fazer o melhor que podem, de acordo com sua formação e condição de



AGRADECIMENTOS



Aos professores do Mestrado, que contribuíram nas reflexões sobre minha prática escolar, proporcionando a continuidade de minha formação acadêmica.

À Secretaria de Estado da Educação do Paraná, que concedeu autorização para a realização das entrevistas e forneceu subsídios para a pesquisa, e, assim, eu pude realizar minha dissertação e construir um produto educacional, requisito ao mestrado profissional.

Aos meus queridos alunos, os quais representam uma inspiração para mim.

Aos professores dr. Nei Alberto Salles e dra. Eloíza Aparecida Silva Ávila de Matos, por terem aceitado o convite para a banca e pelas valiosas contribuições para o enriquecimento deste trabalho.



SUMÁRIO



Introdução

Capítulo I

Capítulo II

Capítulo III

Considerações.

Referências



Introdução

Este livro digital busca tratar da cultura da descrença que envolve o processo de inclusão escolar, relacionado aos estudantes do atendimento educacional especializado, bem como a falta de autoestima que afeta os sujeitos nesse contexto que estigmatiza e promove capacitismo das pessoas com deficiência. Assim, é preciso pensar em enxergar a pessoa além de qualquer rótulo. Existem potencialidades, por trás dessas pessoas.

Nessa abordagem, ressaltamos a relevância de uma educação diferenciada pautada na diferença com respeito à diversidade e as individualidades.

Desse modo, desenvolvemos este material que trata aspectos relacionados à autoestima e valorização pessoal dos estudantes, bem como estabelece diferentes formas de aprendizagem, estimulando, novos modos de ser, viver, conviver e educar.

Sendo que a educação deve ser alicerçada em atividades que respeitem a diversidade e a escola deve ser um local de acolhimento onde os estudantes se sentam acolhidos em suas diferenças, além de oferecer a possibilidade de uma aprendizagem significativa.

COMO ESTARÁ ORGANIZADO O E-BOOK?



No primeiro capítulo do livro digital, trataremos dos conceitos relacionados ao termo, pois percebemos que o capacitismo, que está cada vez mais evidente em nossa sociedade e no ambiente escolar, apesar de ser um termo recente, que faz referência às práticas e atitudes discriminatórias em relação às pessoas com deficiência, tratada como “inapto” ou “incapaz” devido a sua limitação.

O capítulo seguinte trata de como a descrença e o capacitismo tornam-se um obstáculo à inclusão, também trataremos de alguns aspectos relacionados as adequações curriculares, que buscam promover o acesso à construção do conhecimento possibilitando aos estudantes com deficiência passem as mesmas oportunidades dos demais alunos.

Na sequência, a seção seguinte, será tratado dos desafios para vencer a descrença e o capacitismo, a partir da valorização da diversidade. A escola que almeja a inclusão valoriza a heterogeneidade e tem como um dos objetivos, desenvolver as capacidades dos estudantes com deficiência, fazendo com que eles se sintam aptos para enfrentar desafios e sendo protagonistas da construção de seus conhecimentos, para isso, se faz necessário a participação ativa de toda a comunidade escolar.

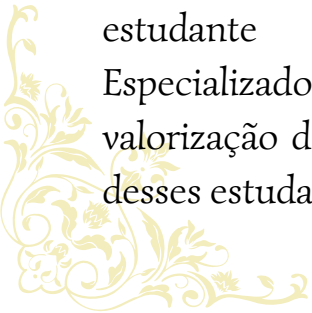
O QUE PRETENDEMOS?



Como exigência do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva, propomos como produto educacional o desenvolvimento de um livro digital sobre a Inclusão Escolar. O livro será criado especificamente para tratar da cultura da descrença que envolve o processo de inclusão escolar.

A partir da divulgação desse material pretendemos contribuir para uma reflexão acerca do capacitismo, na intenção de desenvolver novas possibilidades de intervenções, frente aos desafios vivenciados no cotidiano escolar, afim de que professores, gestores, e comunidade escolar em geral para possam de fato compreender o real sentido do capacitismo e assim atuar em favor do combate e eliminação de tais práticas que tanto afetam a inclusão das pessoas com deficiência na escola e na sociedade em geral.

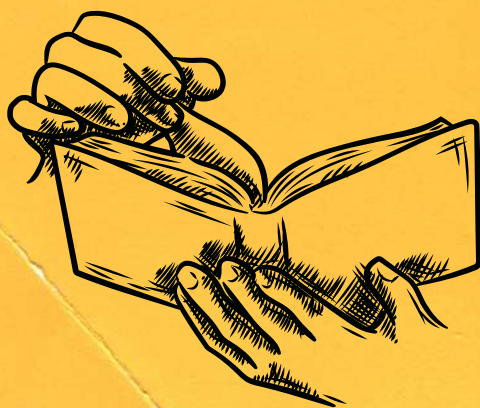
O objetivo da produção e divulgação desse material é a superação da cultura da descrença, preconceito e capacitismo que envolve o processo de inclusão do estudante do Atendimento Educacional Especializado bem como contribuir para a valorização dos sujeitos e a melhora da autoestima desses estudantes.



Esse material pretende discutir como o capacitismo se manifesta no contexto escolar. Identificamos essas atitudes como barreiras na escola ou na sociedade que impedem a participação plena das pessoas com algum tipo de deficiência.

Desse modo, corrobora-se com a assertiva de Lima e Tavares (2012), segundo a qual “[...] o esclarecimento informacional é valioso para a formação da consciência inclusiva e deve, pois, estimular a reflexão sobre os discursos, as ações, as omissões praticadas pela sociedade diante da pessoa com deficiência”.

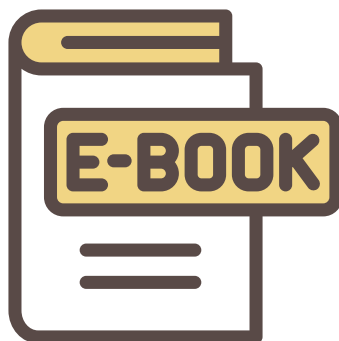
*Desejamos uma
boa Leitura!*



PORQUE ESCOLHER A INTERNET COMO MEIO DE DIVULGAÇÃO?

O alcance e a importância da internet e das redes sociais são fatos inegáveis atualmente. Esta ferramenta possibilitou a consolidação de espaços comunicacionais de interação entre seus usuários, não somente em termos de informação, mas de aproximação entre sujeitos geograficamente distantes (GOMES, 2005).

Assim, concordamos com Aguiar (2006), quando menciona a importância desse dispositivo para difundir debates, ampliar discussões e formar opiniões sobre assuntos relevantes.



I Capítulo

Compreendendo a Temática:

O Preconceito e a
Discriminação como
Fomentadores do
Capacitismo.



Capacitismo: O que É e Como Compreendê-lo

O capacitismo consiste na desvalorização e desqualificação das pessoas com deficiência com base no preconceito em relação à sua capacidade corporal e/ou cognitiva.

O conceito de capacitismo se refere ao grupo das pessoas com deficiência, que ao longo da história vem tendo suas capacidades subjugadas, o que envolve exclusão, preconceito e discriminação. Isso se dá, geralmente, por meio de atitudes veladas e, por isso mesmo, imperceptíveis.



Na Prática...

Segundo Andrade (2015), capacitismo se configura como uma lógica que lê a pessoa com deficiência como não igual, incapaz e inapta tanto para o trabalho ou até mesmo cuidar da própria vida e ainda tomar suas próprias decisões, enquanto um sujeito autônomo e independente, pondo em xeque a capacidade da pessoa, em razão de sua deficiência.

Conforme Campbell (2008), o capacitismo está para o segmento da pessoa com deficiência assim como o racismo está para as pessoas negras ou o machismo para as mulheres.

A busca pela padronização é uma constante na nossa sociedade, essa normalização se dá através da homogeneidade, sem se considerarem as diversidades e as particularidades de cada pessoa. Desta forma, tal pensamento acaba fomentando a marginalização do corpo com deficiência.

Frequentemente, casos que envolvem o capacitismo são vivenciados pelos estudantes com deficiência no ambiente escolar.



Isto pode ocorrer por meio de situações em que os professores fornecem atividades com nível baixo para o estudante com deficiência, por não acreditarem em suas capacidades de aprender, ou praticadas por parte dos colegas de turmas desses estudantes, os quais não compartilham das mesmas brincadeiras no momento da recreação.

O capacitismo se manifesta nas esferas sociais, públicas e privadas, por meio da negação a estes sujeitos da possibilidades de participação em políticas de saúde, acessibilidade, educação, cultura e lazer.

Tudo isto se deve ao fato de que, historicamente, disseminou-se um ideal de corpo funcional tido como “normal” para a raça humana, conceito ao qual Mello (2014) denomina corponormatividade. Portanto, quem não se enquadra nesses padrões é considerado menos humano

Corponormatividade:

“considera determinados corpos como inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões hegemônicos corporais/funcionais”. Desta forma, julgam as pessoas com deficiência como incapazes, dada a sua condição.

Preconceito e a Discriminação



Freire afirma que:

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia (1996, p. 17).



Formas de Discriminação e Preconceito



O fenômeno do capacitismo é complexo e pode se manifestar de várias formas, possuindo raízes e crenças histórica e socialmente construídas sobre a deficiência, a pessoa com deficiência e o corpo incapaz.

Gil (2006) afirma que as principais barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam são os preconceitos, a discriminação e os ambientes sem acessibilidade, visto que estes foram criados a partir da concepção idealizada de uma pessoa normal, do homem perfeito.

Segundo Lopes (2005) a escola, é parte integrante dessa sociedade que como se sabe, é preconceituosa e discriminadora, mas também, é um espaço que reconhecidamente admite que seja hora de mudar.

Comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente.

Terminologia

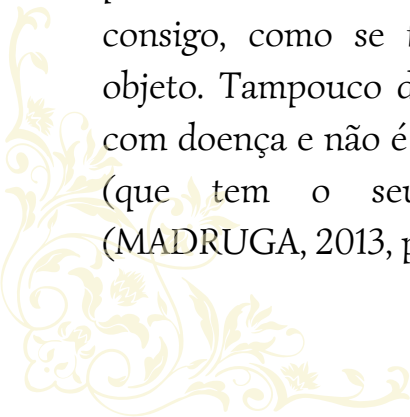


O termo pessoa com deficiência sofreu grandes mudanças no decorrer de cada época, sendo atribuídos aos valores de diferentes períodos históricos. Portanto, é necessário compreender o correto emprego do termo, pois ao utilizá-lo de modo errôneo, discrimina-se os indivíduos e se ignora seus direitos já garantidos.

De acordo com o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência, as pessoas não portam uma deficiência, como se fosse um objeto que pudessem carregar. Em meados da década de 90 passou-se a utilizar a expressão “pessoas com deficiência”, que valoriza, antes de qualquer condição, o cidadão, mostrando maior dignidade à realidade da deficiência.

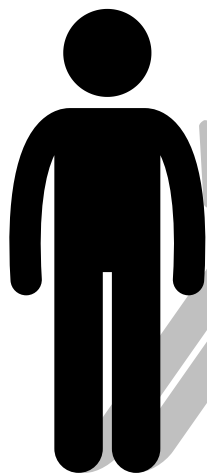
Atualmente, este é o termo que permanece em uso.

Note-se que a deficiência é inerente à pessoa que a possui. Não se carrega não se porta, não se leva consigo, como se fosse algo sobressalente ou um objeto. Tampouco deficiência traz alguma sinonímia com doença e não é expressão antônima de eficiência (que tem o seu contrário em ineficiência) (MADRUGA, 2013, p.34).



E EM NOSSO COTIDIANO?

Ainda que projetos e leis venham a assegurar os direitos às pessoas com deficiência, muitas dificuldades permanecem sendo encontradas por estes sujeitos, em nosso cotidiano, sendo as barreiras atitudinais as maiores delas.



Dias (2014) postula que a barreira atitudinal está no âmago de todas as outras barreiras existentes (arquitetônicas, comunicacionais, programáticas, metodológicas e instrumentais), pois se dá devido a uma consequência da intolerância.

BARREIRAS ATITUDINAIS



As barreiras classificam-se em urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas (BRASIL, 2015).

As Barreiras atitudinais são a raiz de todas as demais barreiras.

Nesse sentido, as barreiras atitudinais são aquelas que se estabelecem na esfera social, cujas relações humanas centram-se nas limitações dos indivíduos e não em suas potencialidades. Referem-se a atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

Amaral (1998) conceitua barreira atitudinal como uma defesa intercalada na relação entre duas pessoas em que uma está numa posição mais favorável em relação à outra, por esta ser diferente, especialmente quanto às condições ditas ideais.

SÃO EXEMPLOS DE MENTALIDADE CAPACITISTA SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Identificar pessoas com
deficiência como incapazes
para gerir as próprias vidas;**

**Se materializa no preconceito, na
exclusão, na falta de acessibilidade
e na infantilização das PcD;**

**Subestimar, Isolar,
Inferiorizar, Rejeitar,
Desvalorizar;**

**Espanta-se ao ver uma PcD
em um relacionamento
amoroso**

**Acreditar que a pessoa com
deficiência não poderá
desenvolver uma atividade;**

**Ver a deficiência como
algo a ser corrigido.**



VOCÊ SABIA?

É CAPACITISMO
QUANDO...VOCÊ DIZ
QUE...DEVE SER TÃO DIFÍCIL
TER ESSA DEFICIÊNCIA E EU
AQUI RECLAMANDO DA
MINHA VIDA! VOCÊ É UM(A)
GUERREIRO(A)!!



II Capítulo

Mecanismos de Reprodução da Exclusão:

A Descrença e o Capacitismo
como Obstáculos à Inclusão

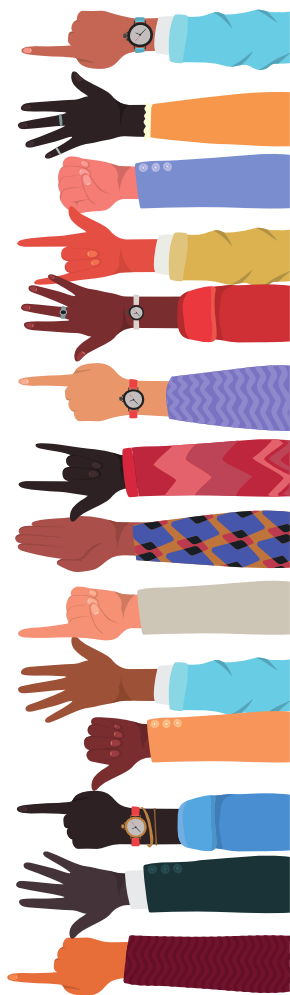


Somos Diversos

Somos seres diversos, com nossas diferenças e peculiaridades. Falar em inclusão diz respeito a diversos segmentos que historicamente ficaram à margem da sociedade, como os negros, os índios, pessoas com deficiências, minorias linguísticas, étnicas ou culturais, grupos desfavorecidos ou marginalizados, as mulheres, LGBTQI+, entre outros.

A sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnicos, culturais e religiosos diferentes, com histórias próprias, igualmente valiosas e que, em conjunto, contribuem na construção da diversidade.

Essa inclusão, em todos os seus aspectos, exige um repensar sobre a estrutura política e as estratégias educativas, buscando garantir a permanência de todos na escola, não apenas seu acesso, mas uma aprendizagem satisfatória.



Barreiras Atitudinais na Escola



O preconceitos ainda rondam a escola inclusivista no tempo presente e minam o potencial de aprendizagem e as expectativas de socialização de seus estudantes.

A partir da presunção capacitista de que o aluno com deficiência não é intelectualmente capaz de aprender, sendo uma visão extremamente danosa.

Ela conduz a atitudes e comportamentos por parte de professores e colegas que podem privar o estudante com deficiência do acesso ao mesmo currículo de seus pares (HEHIR, 2002).

É comum que a capacidade de estudantes com deficiência seja subestimada pela escola” (PAGAIME, 2021).

Assim, muitas vezes o aluno em virtude da descrença é deixado lá sentado sem nada o que fazer, esperando a hora passar, ou na sala de aula, é facilitado as coisas para o aluno passar de ano (FERREIRA; DICKMAN, 2015).

Podemos dizer que as barreiras pedagógicas estão diretamente ligadas com as barreiras atitudinais, pois inclui metodologia para a adequação das aulas ministradas pelo professor, como a adequação de técnicas, teorias e métodos para o sucesso da aprendizagem de todos os alunos. Carvalho afirma que isto acontece, porque:

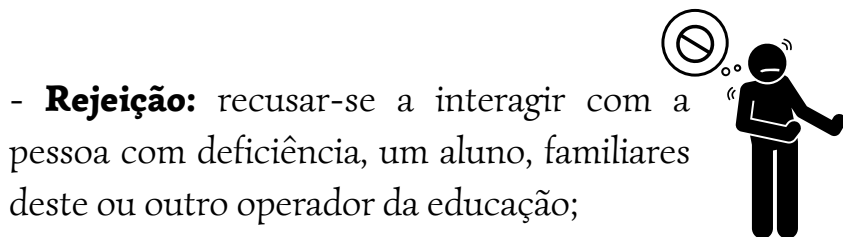
[...] professores alegam (com toda razão) que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam, para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Mas, felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade (CARVALHO, 2004, p. 27).

Conforme Lima & Tavares (2007), as barreiras atitudinais apresentam desdobramentos no ambiente escolar:

- **Ignorância:** Desconhecer a potencialidade do aluno com deficiência;



- **Medo:** Ter receio de receber a um aluno ou mesmo a um outro profissional da Educação que apresente alguma deficiência;



- **Rejeição:** recusar-se a interagir com a pessoa com deficiência, um aluno, familiares deste ou outro operador da educação;



- **Percepção de menos-valia:** Avaliação depreciativa da capacidade, sentimento de que o aluno com deficiência não poderá ou só poderá em parte;

- **Inferioridade:** acreditar que o aluno com deficiência não acompanhará os demais. Isso é um grave engano, todas as pessoas apresentam ritmos de aprendizagem diferentes.





-Adoração do herói: considerar um aluno como sendo “especial”, “excepcional” ou “extraordinário”, por superar uma deficiência ou por fazer uma atividade escolar qualquer;

- Exaltação do modelo: Usar a imagem do estudante com deficiência como modelo de persistência e coragem diante dos demais;



- Percepção de incapacidade intelectual: evitar a matrícula dos alunos com deficiência na instituição escolar, não deixando que eles demonstrem suas habilidades e competências. Achar que ter na sala de aula um aluno com deficiência atrapalhará o desenvolvimento de toda a turma;

-Efeito de propagação (ou expansão): supor que a deficiência de um aluno afeta negativamente outros sentidos, habilidades ou traços da personalidade. Por exemplo, achar que a pessoa com deficiência auditiva tem também deficiência intelectual;



-Estereótipos: pensar no aluno com deficiência comparando-o com outros com mesma deficiência, construindo generalizações positivas e/ou negativas sobre as pessoas com deficiência;

- Compensação: acreditar que os alunos com deficiência devem ser compensados de alguma forma; minimizar a intensidade das atividades pedagógicas; achar que os alunos com deficiência devem receber facilidades;

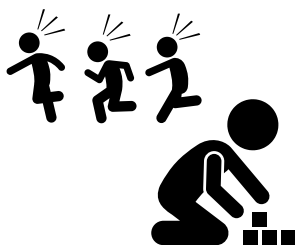
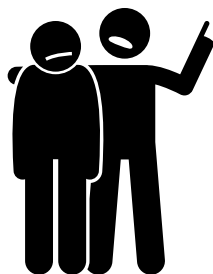


- Negação: desconsiderar as deficiências do aluno como dificuldades na aprendizagem;

- Substantivação da deficiência: referir-se à falta de uma parte ou sentido da pessoa como se a parte “faltante” fosse o todo. Essa barreira faz com que o aluno com deficiência perca sua identidade em detrimento da deficiência, fragilizando sua autoestima e o desejo de aprender e estar na escola;



- **Comparação:** comparar os alunos com e sem deficiência, salientando aquilo que o aluno com deficiência ainda não alcançou. Na comparação, não se privilegiam os ganhos dos alunos, mas ressaltam-se suas “falhas”, “faltas” e “deficiências”;



- **Atitude de segregação:** Acreditar que os alunos com deficiência só poderão conviver com os de sua mesma faixa etária ou que deverão ser encaminhados à escola especial, com profissionais especializados;

- **Adjetivação:** Classificar a pessoa com deficiência como “lenta”, “agressiva”, “dócil”, “difícil”, “aluno-problema”, “deficiente mental”, etc. Essa adjetivação deteriora a identidade dos alunos;



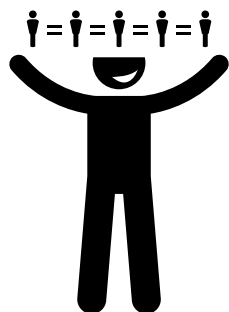
- **Baixa expectativa:** Acreditar que os alunos com deficiência devem realizar apenas atividades mecânicas, exercícios repetitivos; prever que o aluno com deficiência não conseguirá interagir numa sala regular. Muitos professores passam toda a vida propondo exercícios de cópia, repetição. Isso não ajuda o aluno a descobrir suas inteligências, competências e habilidades múltiplas;

- **Particularização:** Afirmar, de maneira restritiva, que o aluno com deficiência está progredindo à sua maneira, do seu jeito, etc.;



- **Generalização:** Generalizar aspectos positivos ou negativos de um aluno com deficiência em relação a outro com a mesma deficiência, imaginando que ambos terão os mesmos avanços, dificuldades e habilidades no processo educacional;

- **Padronização:** Fazer comentários sobre o desenvolvimento dos alunos, agrupando-os em torno da deficiência; conduzir os alunos com deficiência às atividades mais simples, esperando que um aluno com deficiência aprecie apenas a oportunidade de estar na escola bastando a integração quando, de fato, o que lhe é devido é a inclusão;



- **Assistencialismo e superproteção:** Impedir que os alunos com deficiência experimentem suas próprias estratégias de aprendizagem, não deixando que eles explorem os espaços físicos da escola, por medo que se machuquem;

Barreiras atitudinais no contexto Escolar

Vários estudos, como o de FERREIRA (2009), mostram o quanto a discriminação aos alunos com deficiência ainda está presente de forma intensa.

Podemos citar diversas frases usadas no contexto escolar, muitas vezes de forma velada.

Tão lindo, preso
numa cadeira
de rodas.

Tenho um
aluno
especial;

Ele não
entende/aprende,
ele é de inclusão;

Nossa, olhando
assim ele ou ela,
nem parece um
estudante com
deficiência

Eu não estou
preparado
para receber
esse aluno!

Primeiro a escola e
os professores
deveriam ser
preparados para
depois incluir...

Nossa, a inclusão
daquele aluno,
está prejudicando
os "mais capazes".

Tenho 30
alunos e mais
os da
"inclusão".

A descrença e o capacitismo como obstáculos à inclusão

Segundo Vendramin, o “Capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes” (VENDRAMIN, 2019, p.17).

Nem sempre percebemos quando praticamos o capacitismo, e geralmente o fazemos de forma não intencional, dessa maneira, na maioria das vezes, não pretendemos causar desconforto ou constranger a pessoa com deficiência. Porém, a inferiorização ocorre, mesmo quando não temos consciência dela. Para Vendramim, o capacitismo pode ser algo

imperceptível:

Muitas vezes o capacitismo está presente em situações sutis e subliminares, acionado pela repetição de um senso comum que imediatamente liga a imagem da pessoa com deficiência a alguma das variações dos estigmas construídos socialmente, aos quais se está habituado e, por isso, tendem a não serem percebidos e questionados. Porém, quando o capacitismo é óbvio e visível, ele declara uma outra coisa, ele mostra o quanto esse preconceito ainda é naturalizado como se fosse aceitável ou inevitável. A recorrência dessas experiências é frequente, em variados graus, na vida de diferentes pessoas com deficiência. (VENDRAMIN, 2019, p.18).

A naturalização da discriminação não a transforma em algo aceitável. Por mais que o preconceito seja recorrente e esteja por todas as partes, é importante ressaltar que qualquer diferenciação baseada na condição de uma pessoa continuará sendo algo equivocado e pode, dependendo da situação, configurar-se como crime.

Igualdade de Oportunidade é um Direito!



Segundo a Constituição Federal, a escola é para todos, no entanto, apenas uma proposta de inclusão da pessoa com deficiência que garanta o acesso, ou seja, somente estar inserida, matriculada, recepcionada pela escola, não sendo efetivamente incluída em igualdade de oportunidades com as pessoas sem deficiência não é suficiente para uma postura receptiva diante das singularidades.

A educação inclusiva é um processo que deve ser contínuo, dinâmico, e implica na participação de todos os envolvidos, inclusive o próprio discente, sem discriminação, valorizando as diferenças e favorecendo a aprendizagem de forma ampla e colaborativa. Dessa forma, oportunizando condições iguais para todos, através de estratégias metodológicas diferenciadas, o que implica uma análise de como a escola pode propiciar a todos os alunos o acesso incondicional às salas de aula, para que eles possam aprender com seus pares.

O convívio com outras crianças motiva a todos, sem exceção, a comportamentos de solidariedade, uma vez que as crianças se ajudam mutuamente, em atitudes de respeito às diferenças, valorização da diversidade e defesa dos direitos sociais e humanos, como reflexo de uma sociedade mais inclusiva.

O preconceito é um problema sociocultural e que, geralmente, é determinado por padrões de comportamento tolerados por grande parte da sociedade.

Quando esse padrão de normalidade é quebrado por qualquer condição, muitas pessoas reagem de forma preconceituosa, buscando inferiorizar as qualidades da pessoa que não faz parte do grupo considerado "normal".

O padrão de normalidade não se aplica à maioria das pessoas e, quando se trata daquelas com deficiência, surge um preconceito ainda maior.

Muitas vezes, este pode ocorrer por falta de conhecimento ou por nunca se ter tido contato próximo com alguém com deficiência.

LEGISLAÇÃO

A fim de combater a exclusão social e, ainda, com base no anseio de construir uma sociedade democrática e igualitária, foram criadas leis que asseguram o direito dessas pessoas. É o caso da **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989, a qual garante possibilidades plenas de matrícula de estudantes com deficiência na rede regular de ensino.

Esta mesma lei enfatiza:

[...] os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito (BRASIL, 1989).



Compromisso legal com a inclusão



O capacitismo ainda foi incorporado na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - **LBI nº 13.146**, de 6 de julho de 2015, configurando-se como um dos marcos legais mais importantes para uma prática de justiça social.

Constituem-se caminhos que levam a examinar a diferença humana como possibilidade, visando compreender o ensino como recurso para o desenvolvimento das habilidades das pessoas em sua singularidades, deixando claro que discriminações devem ser encaradas como violações de direitos. Assim:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2015).

Dessa maneira, a lei estabelece como diferentes instâncias e instituições sociais, como o trabalho, o Estado, a escola, a famílias, entre outros, devem se comportar para garantir à pessoa com deficiência seu desenvolvimento independente e seus direitos à acessibilidade.

Assim, a lei também conhecida como estatuto da pessoa com deficiência, vem reafirmar o direito à inclusão das pessoas na sociedade assegurando-lhes condições plenas de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e tecnológica.

A lei recomenda ainda a eliminação das mais diversas barreiras, que, uma vez presentes na sociedade, diminuem as chances de participação e aumentam a exclusão das pessoas com deficiência. Neste documento acessibilidade é definida como:

[..] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015)



As leis citadas acima, vem promovendo uma pequena evolução na questão da inclusão de pessoas com deficiência na sociedade de forma justa, entretanto a principal barreira a ser removida é a barreira atitudinal.

Nessa perspectiva, o primeiro passo para que o preconceito desapareça deve partir de atitudes concretas que, de fato, estimulem experiências de inclusão e participação das pessoas com deficiência.

Educação Especial como Modalidade Transversal e Um Direito da Pessoa com Deficiência



Nessa direção, a LBI traz em sua redação a educação como direito da pessoa com deficiência, o qual deverá ser assegurados por meio de um “[...] sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015, p. 19).

Desta forma, a educação como uma prática não deve hierarquizar por nível de desempenho ou conteúdo eugenista os sujeitos ao quais se destina, tornando-se uma legislação que se alia a uma prática anticapacitista.

A Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência,= define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

A oferta do atendimento educacional especializado, bem como a acessibilidade nos prédios escolares, municípios com matrícula de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, escolas com acesso ao ensino regular e formação docente para o atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes, devem buscar a superação da visão capacitista e a conquista pelo direito à inclusão.

É importante destacar que é o movimento social e político das pessoas com deficiência que participa ativamente da construção da Convenção e da LBI, bem como vem buscando reivindicar continuamente justiça social e a transformação da sociedade para que, de fato, rompa com as premissas eugênicas e capacitistas presentes na legislação

Esse processo exige constantemente reflexões, estudos e aproximação com a prática, para que se efetive nos bancos escolares, lembrando que o capacitismo introjetado na cultura ainda prevalece. É uma luta contínua que precisa ser ampliada e entendida como uma das estratégias anticapacitistas no campo da Educação.

Desse modo, verificar na legislação ainda vigente, os aspectos que busquem de fato realizar uma prática inclusiva e com vistas a diversidade humana, rompendo por sua vez com a homogeneização do ensino.



VALE LEMBRAR

DIRIGIR-SE AO
ACOMPANHANTE DE
UMA PESSOA COM
DEFICIENCIA EM VEZ DE
DIRIGIR-SE À PRÓPRIA
PESSOA É UMA ATITUDE
CAPACITISTA!



E AÍ?

A garantia de uma educação de qualidade para todos consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças.

Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir conhecimento.

Segundo as políticas educacionais, uma escola que se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus alunos é um lugar quem ensinar os estudantes a respeitar e conviver com as diferenças, mostrando a eles que o capacitismo é uma prática inaceitável que não deve ser reproduzido.

Considerando que, cada aluno numa sala de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio e as expectativas da escola hoje é trabalhar com essas diversidades na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino-aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter excludente, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.


sim, o que se deseja é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os sujeitos com deficiência. O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como um espaço constituído para todos e É preciso reformular o conceito de normal, desapegar dos padrões que geram preconceito e discriminação e entender que todos somos diferentes em alguns aspectos, mas que isso não deve ser um critério para a exclusão.

Mantoan (2003), acreditando no desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais específicas, aponta algumas estratégias que ajudam no trabalho do corpo docente, como na aprendizagem dos alunos;

- Colocando como eixo das escolas que toda criança é capaz de aprender;
- Garantido tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com as possibilidades de cada um;

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL/MEC, 1998), em todos os locais de ensino, os currículos deverão ajustar-se às condições do aluno com necessidades educacionais específicas.

Adequações Curriculares como Instrumento Anticapacitista: Tornando a Escola um lugar de todos



As garantias de acesso à construção do conhecimento deve possibilitar que os estudantes com deficiência passem a ter as mesmas oportunidades que são oferecidas aos outros alunos.

A partir da perspectiva de inclusão, surgiram diversas discussões no campo da educação, com o objetivo de cumprir as propostas de ensino de qualidade para todos, independentemente das necessidades do aluno (MENDES, 2001; FERREIRA, 2004; OMOTE, 2004).

É importante que se considerem e respeitem as características intrínsecas do estudante e se realizem as adequações que ele necessita, sempre.

Como proposta, a educação inclusiva faz a integração de pessoas com deficiência no processo educativo das escolas regulares, promovendo a igualdade na aprendizagem.

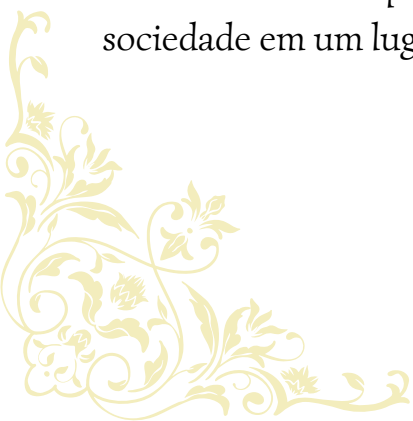
Desse modo, há a inclusão da Educação Especial ao ensino regular, para unificar as duas modalidades e transformar a escola em um lugar para todos, que acolha os alunos e ofereça apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem.

A presença do estudante com deficiência na escola pressupõe mudanças, seja nos procedimentos de ensino, na avaliação, no currículo, enfim, em todas as áreas do sistema escolar (AGUIAR, DUARTE; 2005).

A compreensão da importância de modificar as práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula é fundamental para a obtenção de respostas a questões que envolvem um ensino heterogêneo, que respeite a diversidade dos alunos e possibilite sua aprendizagem

A mudança deve ocorrer na escola inclusiva, ou seja, esta não deve excluir ninguém, mas deve ser uma escola aberta à diversidade, com propostas curriculares adequadas às necessidades dos alunos (PELOSI, 2003).

O acesso aos serviços e aos recursos pedagógicos de acessibilidade nas escolas regulares elimina a discriminação e a segregação, pois supera o modelo de escolas e classes especiais e transforma a educação e a sociedade em um lugar mais democrático.



As adequações curriculares constituem possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Não pressupondo um novo currículo, mas possibilitando que se dinamize, altere ou de amplie o existente. (BRASIL, 1999).

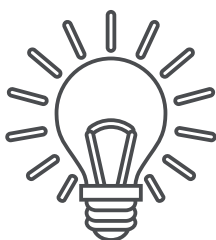
Já adequações da avaliação diz respeito à seleção de técnicas e instrumentos para avaliar o aluno.

As modificações devem ser sensíveis na forma de apresentação das técnicas e dos instrumentos de avaliação (BRASIL, 1999).

A escolha da estratégia mais adequada possibilita o sucesso da aprendizagem, pois amplia as experiências de aprendizagem, criatividade e flexibilidade (MASSETTO, 1995).

Saiba mais sobre DIFERENCIAÇÃO E
ACESSIBILIDADE CURRICULAR:

[clique aqui](#)



O uso de recursos é fundamental para o ensino e para o aprendizado, pois contribuem na estruturação, compreensão e interpretação dos conceitos estudados (SHIMITZ, 1984; CERQUEIRA; FERREIRA, 2005).

Observar as necessidades e características educacionais dos alunos para realizar as adequações é necessário de acordo com Blanco (1995).

Encorajamento e valorização dos esforços, uma frase de incentivo, um olhar de confiança, um sorriso, podem transformar a trajetória de um estudante.

Do mesmo modo o capacitismo e a descrença são barreiras excludentes no espaço escolar que interferem no desenvolvimento cognitivo e socioemocional das pessoas com deficiências, uma vez que desmotivam as adequações curriculares, gerando graves prejuízos.

É importante o professor refletir sobre sua prática de ensino, a fim de conhecer e entender seus métodos e o aluno (OMOTE, 2001).

Respeitar suas características é fundamental para que o aluno consiga um bom desenvolvimento e por consequência a construção do conhecimento, acreditar nas potencialidades do estudante, superando a visão de descrença e capacitismo que gera exclusão.

**Algumas Sugestões para o
Trabalho Colaborativo e
Engajamento do
Estudante**

**Incentivar o trabalho
de colaboração dos
alunos, envolvendo
toda a turma, como
trabalhos em grupos,
possibilitando a ajuda
mútua entre os
colegas.**


**Reorganizar o espaço
físico, alterando a
posição das carteiras
para facilitar a
interação de todos os
estudantes**

**Estar em contato com o
professor da Sala de
Recursos Multifuncional –
Tipo I, com vistas à
elaboração de um plano de
intervenção voltado ao
atendimento das
necessidades do aluno.**

**Adotar
metodologia de
ajuda entre
colegas;**

**Oferecer
atenção
individualizada
ao aluno.**

Algumas sugestões de Adequações Metodológicas e Avaliativas



Dar ao aluno ordens claras e sequenciais, com explicações objetivas e linguagem de fácil entendimento.

Trabalhar em sala de aula com materiais diversificados, concretos.

Adotar uma sequência gradativa de conteúdo;


Propor nas atividades pedagógicas pistas visuais, vivências e recursos de memória que oportunizem a realização da tarefa e a fixação da aprendizagem

Flexibilizar o tempo de realização das tarefas.

Trabalhar em sala de aula com materiais diversificados, concretos.

Propor tarefas breves e de curta duração

Algumas sugestões de Adequações Metodológicas e Avaliativas



Propor nas atividades pedagógicas pistas visuais, vivências e recursos de memória que oportunizem a realização da tarefa e a fixação da aprendizagem

Orientar todos a respeito das especificidades do estudante, suas características intrínsecas, para que os profissionais envolvidos no processo de ensino aprendizagem, tenham como subsídio esses fatores relevantes, no momento de planejar estratégias, mais assertivas em suas práticas cotidianas.

Utilização do DUA (Desenho Universal para Aprendizagem) como uma proposta para minimizar as barreiras metodológicas a todos os estudantes da série;

III Capítulo

Desafios para Vencer a Descrença e o Capacitismo

O Respeito às Diferenças e a
Valorização da Diversidade.



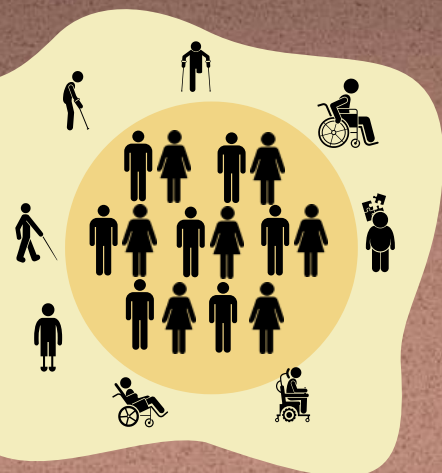
Como é o Lugar Para Todos?

A escola inclusiva, precisa assumir a diversidade seja em relação aos valores, comportamentos e interesses, considerando os mesmos como fontes de conhecimento nas relações de trocas no processo educativo. A escola enquanto espaço educacional inclusivo deve estar baseado na valorização das diferenças dos alunos como um atributo e não como um obstáculo, no reconhecimento da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas, através das trocas com seus pares, como reais oportunidades de construção do conhecimento, onde as diferenças são respeitadas.

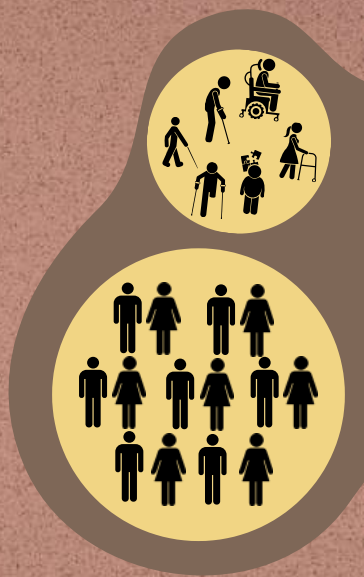


Estar inserido num grupo naturalmente heterogêneo é uma forma riquíssima de aprendizagem. Observar o outro é aprender com ele.

Como é o Lugar Para Todos?



Exclusão



Segregação



Integração

Inclusão





VOCÊ SABIA?

AJUDAR UMA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA SEM
PERGUNTAR SE ELA
PRECISA DE AJUDA OU
CHATEAR-SE POR ELA
NÃO QUERER SER
AJUDADA É UMA
ATITUDE CAPACITISTA?



Sala de Recursos Como Instrumento de Inclusão Anticapacitista

A padronização dos alunos no intuito de oferecer uma educação única e igualitária acaba favorecendo o processo de segregação e até mesmo de exclusão dos estudantes com deficiência. Diante desta realidade, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) implementado nas escolas brasileiras, tem como proposta ampliar as possibilidades de participação, desenvolvimento e inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar. Como mencionam Oliveira e Oliveira

[...]nas salas de AEE todos os profissionais que atuam dentro da sala tem que pôr direito garantir uma educação de qualidade e que venha despertar no alunos com necessidades educacionais específicas cria o interesse pela as atividades que é desenvolvidas pelo(a) o(a)s profissionais da educação e que o ensino diferenciado não seja como um espaço que venha como reforço escolar, mas sim como um complemento das atividades escolares. (2017, p. 2)



No Estado do Paraná

Conforme a INSTRUÇÃO [Nº 09/2018-SUED/SEED](#), a Sala de Recursos Multifuncionais atenderá estudantes matriculados em instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino, com diagnóstico de deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos, com problemas de aprendizagem, que requeiram análise e planejamento de ações de intervenção sobre os resultados avaliativos dos estudantes.



Saiba Mais

Como construir uma Escola verdadeiramente Inclusiva?



A partir do entendimento de que todos são diferentes e que é necessário construirmos uma escola inclusiva, para que as relações verdadeiras possam se estabelecer, nos vários espaços de convívio social precisamos...

Receber o aluno, não o laudo ou a deficiência

Entender as diferenças não como falta ou problema;

Promover diálogo entre sujeitos;

Diversificar as estratégias metodológicas ao invés de limitar o conteúdo tendo como referência a deficiência do estudantes (ou a crença de que o estudante “não é capaz de acompanhar”)

Oferecer aos estudantes os cuidados necessários, sem a privação da autonomia;

Oferecer espaço físico que garanta acessibilidade em todos os ambientes escolares: banheiros, salas de aula, salas de atividades

Abandonar a ideia de homogeneidade da turma e pensar em atividades em que cada um possa se valer de seus conhecimentos e habilidades

Identificar as barreiras de aprendizagem, realizando as adequações necessárias em relação ao currículo, ao material, nas avaliações, na temporalidade;

Compreender as características e singularidades de cada um.

Realizar a diversificação das práticas pedagógicas;

As leis têm contribuído de forma bastante significativa para o processo de inclusão, favorecendo a participação e o desenvolvimento do estudante com deficiência. O professor da sala de AEE é um agente muito importante na escola quando se trata da inclusão.

E os Demais Profissionais envolvidos no processo de Ensino e Aprendizagem?



O atendimento do profissional AEE não dispensa a participação do professor de sala regular bem como dos demais profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, no que se refere ao desenvolvimento das capacidades do estudante com deficiência. Para Silva e Arruda o professor de sala de aula regular:

[...] não pode ser diferente de um professor de inclusão, onde seja valorizado o respeito mútuo à sua capacidade e seu espaço, facilitando assim sua atuação de forma livre e criativa proporcionando a cada um, uma sala de aula criativa e diversificada, dando a oportunidade de participar das atividades adaptadas às necessidades de cada aluno, já que o professor vai ser sempre o responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da aprendizagem dessa criança (2014, p. 5).

A escola que almeja a inclusão valoriza as diversidades e tem como um dos objetivos, desenvolver as capacidades dos estudantes com deficiência, fazendo com que eles se sintam aptos para enfrentar desafios e sendo protagonistas da construção de seus conhecimentos, para isso, se faz necessário a participação ativa de toda a comunidade escolar.



Formas de Enfrentamento: Inclusão e Valorização da Diversidade

De acordo com Freire (2000), “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”.

Pagaime (2021), “o capacitismo pode ser tão sutil e estar naturalizado em nossa prática que se faz necessário um olhar atento para identificá-lo e uma postura ativa para desconstruí-lo”.

Em conformidade com Carvalho (2014, p. 121), a mudança de atitude frente à diferença, condição necessária para se repensar o trabalho pedagógico desenvolvido, “[...] é uma barreira de complexa natureza, mais trabalhosa para ser removida, pois se trata de um movimento ‘de dentro para fora’ e isso leva tempo”. Lima e Tavares (2008, p. 11) sustentam que “A inclusão só será concretizada eficientemente quando cada um de nós reconhecer as barreiras que nutrimos e buscar minimizá-las, erradicá-las.”





Ao professor, cabe ficar alerta para que não estimule essas barreiras ou as nutra com seu próprio exemplo, uma vez que muitas outras barreiras atitudinais podem ser praticadas na escola. Para evitá-las, é mister que nos atentemos para nosso comportamento e sentimentos em relação ao aluno com deficiência. As barreiras atitudinais, por vezes, estão imbricadas de tal forma que se confundem, confundindo ao professor. (LIMA; TAVARES (2008, p. 8)

Guedes (2007) defende que a crença negativa veiculada em torno da pessoa com deficiência potencializa a ação das demais barreiras. Nesse sentido, as barreiras atitudinais que são perpetuadas por uma educação que não privilegia a diversidade humana, não a reconhecendo como fonte de riqueza social, “[...] estão fadadas a construir as barreiras ambientais, comunicacionais, legais, de infraestrutura, etc., mantendo assim um ciclo vicioso que resulta na exclusão e marginalização social dos grupos vulneráveis e também das pessoas com deficiência”. (GUEDES, 2007, p. 34).



O princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência de todos na escola é de acordo com Heredero (2010) o movimento pela inclusão que se constitui numa postura ativa de identificação das barreiras que alguns grupos encontram no acesso à educação, e também na busca dos recursos necessários para ultrapassá-las, consolidando um novo paradigma educacional de construção de uma escola aberta às diferenças.

Considerações Finais

A diversidade humana é inegável, a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em seu processo pedagógico.

Possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa sempre foi um desafio, visto que o trabalho baseado na homogeneização facilitam o trabalho do professor.

O movimento de inclusão traz como premissa básica, o direito do aluno com necessidades educacionais específicas e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional.

No entanto, sabemos que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitas discussões relativas ao tema.

O que podemos perceber é que numa comparação entre a legislação e a realidade educacional, a inclusão desses alunos no ensino regular não se consolidou da forma desejada, a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias.

Ainda, se faz necessária uma maior formação profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais.

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças.

De acordo com Mantoan (2003) o exercício constante e sistemático de compartilhamento de ideias, sentimentos e ações entre professores, diretores e coordenadores da escola é um dos pontos-chave do aprimoramento em serviço.

O produto educacional propõe a construção de novas reflexões acerca do processo inclusivo, valorizando as identidades individuais, bem como o respeito ao ato de aprender e de construir.

Referências

AGUIAR, Sônia. **Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação.** [Relatório de Pesquisa]. Rio de Janeiro: Nupef, 2006. Disponível em: . Acesso em: 23 jun 2022.

AGUIAR, J. S.; DUARTE, É. **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física.** Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, 2005.

AMARAL, L. Sobre crocodilos e avestruzes. In: AQUINO, J. **Diferenças e preconceitos na escola.** SP: Sumus, 1998.

ANDRADE, Sidney. **Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz?** Disponível em: <https://medium.com/@sidneyandrade23/capacitismo-o-o-que-%C3%A9-onde-vive-como-se-reproduz-5f68c5fd173e>. Último acesso em: 28 jun 2022.

BLANCO, R. **Inovação e recursos educacionais na sala de aula.** In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Org.) Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, v. 3, p. 307-321, 1995

BRASIL. **Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais:** adaptações curriculares. Brasília: DF, 10 v, 1999

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 21 julho 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.213 de 24 de junho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm – Acesso em 20/07/2022

BRASIL, **Decreto Federal nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 13 de jun de 2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Brasília, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** 3 ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_a_3ed.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. **Lei 13.146/15.lei brasileira de inclusão.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Site disponível em: Último acesso em: 13 jun 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989. Apoio as pessoas com deficiências.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Site disponível em: Último acesso em: 13 jul 2022.

BRASIL. **Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989. Apoio as pessoas com deficiências.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Site disponível em: Último acesso em: 13 jul 2022.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. **Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IF-BrM), Diferenciação e Acessibilidade Curricular.** Cadernos CEDES, Campinas , v. 41, n. 114, p. 153-163, ago. 2021

CAMPBELL, F. K. **Exploring Internalized Ableism using Critical Race Theory.** *Disability & Society* 23:2, 2008: 151–162.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, E. M. B. **Recurso didático na educação especial.** Revista Benjamin Constant , n.5. Publicação técnico científica do Centro de Pesquisa, Documentação e Informação do Instituto Benjamin Constant (IBCENTRO/MEC). dez de 1996. Disponível em: Acesso em: 15 set. 2005.

DIAS, Adriana. **Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social.** Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência SEDPC/Diversitas/ USP Legal – São Paulo, junho/2013, p. 1-14.

FERREIRA, J. R. **Políticas públicas e a universidade: a avaliação dos 10 anos da Declaração de Salamanca**. In: OMOTE, S. (Org.) *Inclusão: interação e realidade de Marília*: Fundep, 2004. p. 11-35.

FERREIRA, Nilma Maria Cardoso. **Educação inclusiva no ensino superior: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão**. São Luís, UFMA, 2012. 125f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/3307/1328>. Acesso em: 10 de jun. 2022.

FERREIRA, A. C.; DICKMAN, A. G. **História oral: um método para investigar o ensino de física para estudantes cegos**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 21(2): 245-258, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação. Cartas Pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido. O manuscrito**. São Paulo: Instituto Paulo Freire/Uninove/BT Acadêmica, 2018. Projeto editorial, organização, revisão e textos introdutórios Jason Ferreira Mafrá, José Eustáquio Romão, Moacir Gadotti.

GIL, Marta; MARESMAN, Sérgio. **Sinalizando a Saúde para Todos: HIV/AIDS e Pessoas com deficiência**. 2006. Disponível em: http://www.caade.mg.gov.br/sistema/detalhenoticia.asp?Cod_Assunto=2&Seq_Noticia=1&Data_Noticia=02/02/2006.

GOMES, Wilson. **Internet e participação política em sociedades democráticas**. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 27, p. 58-78, 2005.

GUEDES, Livia Couto. **Barreiras atitudinais nas instituições de ensino superior: questão de educação e empregabilidade**. Recife: UFPE, 2007. 270f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

HEHIR, T. **Eliminating ableism in education**. *Harvard Educational Review*, 72 (1): 1-33, 2002.

HEREDERO, E. S. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares**. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

LIMA, F. J.; TAVARES, Fabiana. **Barreiras Atitudinais: Obstáculos à Pessoa com deficiência na Escola**. 2007. Disponível em: <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=20411>.

LIMA, Francisco José de; TAVARES, Fabiana S. S. **Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola**. In SOUZA, Olga Solange Herval (org.). *Itinerários da Inclusão Escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas*. Porto Alegre: AGE, 2008.

_____. TAVARES, Fabiana S. S. **Conceituação e taxonomia das barreiras atitudinais praticadas contra a pessoa com deficiência**. 2012. Disponível em <http://www.deficienteciente.com.br/2012/09/barreiras-atitudinais-obstaculos-a-pessoa-com-deficiencia-na-escola.html> Acesso em 20 jul. de 2022.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas**. São Paulo. Saraiva, 2013.

MASSETTO, M. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTB, 1995

MELLO, Anahi Guedes de. **GÊNERO, DEFICIÊNCIA, CUIDADO E CAPACITISMO: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DE EXPERIÊNCIAS, NARRATIVAS E OBSERVAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA**. Dissertação (Dissertação em Administração) – UFSC. Santa Catarina p. 260. 2014.

MELLO, L. S.; CABISTANI, L. G. **Capacitismo e lugar de fala: repensando barreiras atitudinais**. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 23, p. 118-139, 2019. Disponível em: <https://revistadpers.emnuvens.com.br/defensoria/article/view/112>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MENDES, E. G. **Reconstruindo a concepção de deficiência na formação de recursos humanos em educação alternativa.** In: MARQUEZINE, M. C. et al (Org.) *Perspectivas multidisciplinares em educação especial II.* Londrina: EDUEL, 2001.p. 53-64

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OMOTE, S. **A concepção de deficiência e a formação do profissional em educação especial.** In: MARQUEZINE, M.C. ALMEIDA, M. A; TANAKA, E. D. O. et al (Org.) *Perspectivas multidisciplinares em educação especial II.* Londrina: EDUEL, p. 45-52, 2001.

_____. **Inclusão à realidade.** In: **OMOTE, S. (Org). Inclusão: intenção e realidade,** Marília: Fundepe, 2004. p. 1-9.

OLIVEIRA, José Jenkis da Silva. OLIVEIRA, Adriana Maria Markan Silva Gaspar de. **A importância do atendimento educacional especializado (aee) na perspectiva da educação inclusiva nas escolas de ensino da rede pública de camocim.** Site disponível em: < http://prpi.ifce.edu.br/nl/_lib/file/doc2490-Trabalho/ARTIGO%20PRONTO%20INCLUS%C3O1.pdf> Último acesso em: 02 jun 2022.

PAGAIME, Adriana; MELO, Douglas Christian Ferrari de . **Vamos falar de capacitismo na escola?** In: DRAGO, Rogério; ARAÚJO, Michell Pedruzzi; DIAS, Israel Rocha. (org.) *Inclusão de pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento em espaçostempos educativos: reflexões e possibilidades.* Campos dos Goytacazes: Encontrografias, 2021. p. 42-57.

SILVA, Ana Paula Mesquita da. ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar.** Site disponível em: <https://docs.uninove.br/artefac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf> Último acesso em: 25 jun 2022.

SCHMITZ, E. F. **Didática moderna: fundamentos.** 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.

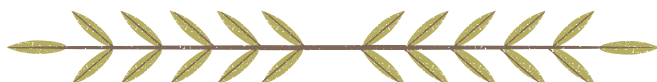
Termos relacionados com as lutas das pessoas com deficiência, 22. Disponível em: < <https://catarinas.info/web-stories/termos-relacionados-a-luta-do-movimento-de-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em 18 julho de 2022

VENDRAMIN, C; BLADES, H.; WHATLEY, S; MARSH, K. (org). **Trocando, movendo, traduzindo: pensamentos sobre dança e deficiência |** Exchanging, moving, translating: thoughts on dance and disability. – Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: . Acesso em 06/05/2022



POR TRÁS DOS BASTIDORES

A autora Karine Michele Fagundes é graduada em Ciências com Habilitação em Química, possui especialização em Neuropsicopedagogia e Educação Especial com ênfase em Atendimento às Necessidades Especiais e é aluna do Curso de Mestrado Profissional pelo Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva – Profei pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG.



COAUTORA desse e-book é a orientadora Édina Schimanski, Professora Associada Departamento de Serviço Social da UEPG e dos Programas de Pós-Graduação em Educação Inclusiva e CiPrograma Ciências Sociais Aplicadas. PhD em Educação Universidade de Londres.